

Os rumos da política educacional brasileira indicam que a manutenção do ensino superior público vem sendo crescentemente negada pelo Estado através do modelo de autonomia proposto pelo governo.

Esta é uma temática não definida com precisão no âmbito das universidades públicas, reforçada por duas situações. Por um lado as universidades não se impõem na vivência do direito de sua autonomia. Por outro o governo trata sobre o assunto como se fosse uma questão exclusivamente econômica. O MEC vem tentando, há 10 anos, "conceder" autonomia às universidades públicas como se esse direito não existisse na própria Constituição Brasileira de 1988.

A "concessão" da autonomia oferecida pelo MEC privilegia duas dimensões que merecem ser lembradas. A primeira caracteriza-se pela visível intenção de desobrigar o Estado quanto à manutenção da universidade pública. Um exemplo é a proposta sobre o contrato de gestão financeira. A homologação desse contrato implicaria, ao seu final, em estudos sobre a possibilidade ou não de sua renovação. Poderíamos, então, compará-lo a um contrato de risco que seria possível culminar com o abandono das universidades por parte do Estado. Autonomia nesse sentido significa uma concessão financeira, não permanente, que abre espaço para o crescimento da desobrigação do Estado.

A segunda dimensão corresponde à injunção do MEC nas universidades federais a partir de uma avaliação padronizada que indica pontuação, através dos alunos, para os cursos e para a universidade. São as conseqüências do tão discutido Provão.

Soma-se ao resultado do Provão a avaliação feita diretamente nos cursos na qual incluem-se o projeto pedagógico, as condições dos recursos materiais e tecnológicos, a titulação dos professores. É importante registrar que muitos aspectos avaliados deixaram de melhorar pela falta de compromisso do Estado com a manutenção das universidades públicas.

O resultado desse tipo de autonomia cria variadas situações: a estratificação e a hierarquização das universidades em função da distribuição de verbas; o estímulo às elites de pesquisadores e o desestímulo de outros; a veiculação da idéia de avaliar o ensino associando-o ao mercado; a divulgação da ideologia da excelência; a negação das definições acadêmicas ligadas à missão da universidade; o espaço para a competitividade individual; dentre muitos outros problemas situados nos diversos segmentos que compõem a universidade pública no Brasil.

A conquista da autonomia universitária inclui a luta pela sua manutenção financeira como um dever do Estado e o respeito à sua autonomia acadêmica sem restrições advindas de avaliações externas.

Maria Doninha de Almeida  
Editor